

VIOLÊNCIA & GÊNERO NAS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS ENTRE ADOLESCENTES: ENFRENTAMENTO INTERSETORIAL.

Cristiane dos Santos Schleiniger^{*}
Marlene Neves Strey^{**}

Resumo: Este artigo analisa a violência nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes, explicitando os modelos hegemônicos de gênero que influenciam, reproduzem e/ou invisibilizam os diversos tipos de violência. E discute a necessidade de formular e implantar políticas públicas e programas intersetoriais no enfrentamento deste fenômeno, tanto no âmbito da prevenção, da intervenção, quanto da recuperação de perpetradores e vítimas.

Palavras-chave: Adolescência. Violência. Gênero. Intersetorialidade.

1. INTRODUÇÃO

Entendemos a adolescência e/ou juventude como uma categoria identitária construída no contexto de condições sócio históricas. Foi no final do século XIX e inícios do século XX que se consolidou a concepção corrente de adolescência, passando, então, a identificar essa fase como um período específico, constituído com uma psicologia e uma sociologia próprias. Devido ao caráter sócio construído do termo, falamos de adolescências (no plural), pois seu início ou término depende de variáveis como gênero, etnia, classe social, lugar de moradia, da geração a que pertencem e do contexto histórico-cultural. A diversidade e o pluralismo oferece um panorama variado e mutante que compreende comportamentos, referências identitárias, linguagens e formas de socialização diversas, que inviabilizam uma concepção unívoca de adolescência (TRAVERSO-YÉPEZ; PINHEIRO, 2002).

Uma das peculiaridades da adolescência é a emergência do processo de experimentação amorosa e sexual, que comporta diferentes maneiras de conhecer-se através da descoberta do outro (RIETH, 1998). No entanto, a violência nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes vem sendo vista como um crescente problema social e de saúde pública em vários países e, no Brasil, inexistem

* Psicóloga, mestranda em Psicologia Social (PUCRS) / bolsista CAPES - Pró-Ensino na Saúde, especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (USP) e em Gestão em Economia Social (PUCRS), integrante do Grupo de Pesquisas Relações de Gênero da PUCRS. Email: cris.ss78@yahoo.com.br

** Psicóloga Social. Doutorado em Psicologia Social pela Universidad Autónoma de Madrid (Espanha) e Pós-doutorado pela Universitat de Barcelona (Espanha). Professora Titular da PUCRS. Pesquisadora CNPq. Email: strey@pucrs.br

experiências consolidadas de prevenção e o tema ainda é pouco destacado nos estudos sobre a adolescência de modo geral (MINAYO, ASSIS e NJAINE, 2011). O planejamento e a execução de ações que enfrentem esse fenômeno perpassam por diferentes políticas públicas – saúde, educação, assistência e justiça, e exige a participação do(a)s próprio(a)s adolescentes, assim como de suas famílias.

A discussão deste artigo está baseada na revisão teórica realizada a partir da Revisão Sistemática realizada para o Projeto de Pesquisa de Mestrado da primeira autora, realizada durante os meses de maio a agosto de 2012 e atualizada em setembro de 2013. Para a pesquisa nas bases de dados foram utilizados o Portal de Periódicos CAPES, a Biblioteca Virtual de Saúde – BVS e o Google Scholar; os descritores utilizados e cruzados foram adolescência, violência e relações afetivo-sexuais ou namoro. Essa Revisão Sistemática teve por objetivo identificar os estudos realizados em âmbito nacional sobre a violência nas relações afetivo-sexuais na adolescência. Foram incluídas todas as publicações em dissertações, teses, artigos científicos e livros que abordassem o tema de pesquisa e excluídas as publicações não correspondentes. O corpo documental consistiu em 12 publicações, as quais abordam diferentes enfoques e métodos de estudo, porém todos trazem que é um tema ainda recente na literatura científica. As primeiras publicações ocorrem em 2003, a partir de um estudo realizado com adolescentes e jovens de dois bairros da cidade do Rio de Janeiro (RUZANY *et al.*, 2003; TAQUETTE *et al.*, 2003).

Nos estudos já existentes, diversos são os modelos explicativos para a presença da violência nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes. Este artigo se propõe analisar a violência nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes a partir do enfoque das relações de gênero, explicitando os modelos hegemônicos de gênero que influenciam, reproduzem e/ou invisibilizam as violências, oferecendo subsídios que considerem os modelos culturais de gênero existentes em nossa sociedade para a formulação de políticas e programas intersetoriais, tanto no âmbito da prevenção, da intervenção, quanto da recuperação de perpetradores e vítimas deste tipo de violência. A introdução de um olhar de gênero frente ao fenômeno da violência nas relações afetivo-sexuais traz elementos importantes para a atuação de profissionais e formulação/implementação das políticas públicas.

2. VIOLÊNCIA E GÊNERO NAS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS ENTRE ADOLESCENTES

Pesquisas realizadas no Brasil identificaram que no ficar, no namoro, no noivado ou no casamento entre adolescentes, independente destas fases, níveis de intimidade, tempo de relacionamento, real ou virtual, ocorrem violências psicológicas, físicas e sexuais, sendo cometidas e sofridas por moças e rapazes de escolas públicas e particulares (ALDRIGHI, 2004; CASTRO, 2009; MINAYO, ASSIS e NJAINE, 2011; NASCIMENTO, CORDEIRO, 2011; RUZANY *et al.*, 2003; TAQUETTE *et al.*, 2003).

A violência psicológica aparece como a mais presente no cotidiano das relações afetivo-sexuais. Os/as adolescentes destacaram as agressões verbais, as tentativas do/da parceiro(a) controlar a sua vida, as chantagens emocionais e as pressões que sofrem para realizar certos atos ou adotar determinadas condutas como os tipos mais comuns de violência psicológica (MINAYO; ASSIS; NJAINE, 2011; NASCIMENTO; CORDEIRO, 2011).

As formas comuns de tentativa de controle sobre a vida do outro nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes são o controle de comportamentos, das roupas usadas pelo(a) parceiro(a), dos nomes nas agendas dos celulares, dos acessos às redes sociais do(a) parceiro(a), das pessoas com quem conversa, dos lugares que frequentam e das formas de expressar afetos pelos(as) amigos(as). Há circunstâncias em que o controle ganha contornos de obsessão e toma forma de perseguição, podendo desencadear em agressões físicas. No entanto, todas essas situações também são aceitas como forma de carinho e proteção, levando os jovens a ora reconhecer tais atitudes como violência e ora não, pois estão baseados nos ideários do amor romântico, em que a violência é percebida como demonstração de amor (MINAYO; ASSIS; NJAINE, 2011; NASCIMENTO; CORDEIRO, 2011).

Um exemplo de chantagem é a pressão dos rapazes para fazer sexo com as namoradas ou „ficantes“ (MINAYO; ASSIS; NJAINE, 2011). Tal pressão é efeito da pressão cultural que sofrem para mostrarem disposição ativa para o sexo, integrando um dos elementos que definem a masculinidade.

Outra violência psicológica sofrida e perpetrada pelos/pelas jovens é a violência relacional, ou seja, a violência moral, em que há a difamação ou o uso de boatos que desabonam o(a) parceiro(a) diante do grupo de amizades. O pano de fundo de tal violência são os padrões de gênero, em que os rapazes divulgam intimidades do casal, enquanto as moças desqualificam sexualmente os rapazes.

Ambos têm o objetivo de exporem o outro através de noções culturais que consideram a continência sexual feminina como valor moral, enquanto a honra masculina perpassa por um padrão de exercício da sexualidade machista (MINAYO; ASSIS; NJAINE, 2011).

Quanto à presença da violência física na fase de namoro, Tânia Aldrighi (2004), pesquisando jovens universitários, identificou a preponderância das agressões físicas sofridas pelas moças, porém estas também respondem às agressões com comportamentos agressivos em menor escala. Por outro lado, na pesquisa realizada por Maria Cecília Minayo, Simone de Assis e Kathie Najine (2011) em dez capitais brasileiras, mais rapazes do que moças sofrem violência física, sendo o mais comum as moças darem tapas no namorado e bater ou jogar objetos nele, visando humilhar ou se vingar por alguma traição. Por outro lado, as jovens quando agredidas sofrem consequências mais sérias, a ponto de requerem mais cuidados emergenciais por lesões e traumas.

Apesar de os rapazes sofrerem violência física, os mesmos não consideram tais agressões como graves, pois se percebem em vantagem em termos físicos e não reconhecem que os atos violentos praticados pelas moças sejam algo natural, assim como são os atos de violência dos homens, pois as relações entre os mesmos normalmente são violentas. Ricardo Castro (2009) entende que tais discursos perpassam pelas construções de gênero, em que o homem se sente mais atingido moral e psicologicamente, esconde quando sofre violência física por parte de suas parceiras, e vivenciam um sofrimento que não pode ser revelado. Além disso, confirma um tipo de masculinidade que torna os meninos vulneráveis a uma violência naturalizada que faz parte da maioria de seus relacionamentos.

A pesquisa realizada em dez capitais brasileiras identificou que 43,8% dos jovens já sofreram alguma forma de violência sexual nas relações amorosas, não havendo diferença entre homens e mulheres, e 38,9% dos jovens já perpetraram alguma forma de violência sexual e, neste caso, havendo mais pontuação nos homens do que nas mulheres. O ato de beijar quando o outro não deseja foi o responsável pelo elevado índice de violência sexual, ocorrido principalmente no “ficar-pegar” em festas regadas pelo álcool e outras drogas, havendo um limite tênue entre práticas de experimentação da sexualidade e práticas violentas e coercivas (MINAYO; ASSIS; NJAINE, 2011).

Destacamos o papel machista esperado dos homens e a pressão que sofrem

para serem fortes e fazerem sexo a qualquer preço como um dos agentes de produção da violência sexual na adolescência. A violência sexual praticada pelos rapazes é justificada pela associação entre a insinuação das mulheres e as características biológicas dos homens, gerando a perda de controle nestes últimos e, na sequência, a violência. Por outro lado, os rapazes não reconhecem que são vítimas de violência sexual e relatam que uma moça não pode abusar sexualmente dos rapazes, pois o exercício da sexualidade é vista primordialmente como masculina, em que o homem age, penetra e domina, exigindo a ocorrência do coito e, portanto, de “natureza masculina”. Quando uma moça quer fazer sexo e o rapaz não, é comum os rapazes sofrerem humilhação e serem qualificados de “frouxos”, “gays”, tanto por amigos como pelas moças. Deste modo, moças e rapazes estão subordinados a um sistema de gênero, que justifica a violência sexual dos rapazes e contribui para a invisibilidade da violência praticada pelas moças e sofrida pelos rapazes.

Diante dos dados, salientamos a importância de avaliar as situações de risco em que podem estar submetidas as/os adolescentes, identificando os sinais de uma relação que está ainda iniciando, mas que poderá, num futuro muito próximo, caracterizar-se como uma relação violenta. Uma das situações de risco são os contextos em que a relação costuma ser desigual, e mesmo que o namoro comece de forma amorosa, à medida que a tensão entre o casal aumenta culmina o momento em que um ato de violência ocorre (MOREIRA, 2007). Quanto maior for o tempo para que ocorra o primeiro episódio de violência, maior será a probabilidade de o vínculo manter-se, uma vez que os laços afetivos tendem a se estreitar, dificultando a tomada de decisão pelo rompimento (NASCIMENTO; CORDEIRO, 2011).

Embora muitas situações não sejam nomeadas como violência pelos/pelas jovens, podem trazer danos aos seus relacionamentos afetivo-sexuais iguais àqueles reconhecidos como violência. A violência nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes pode ter várias consequências negativas na saúde, indo desde danos imediatos sofridos ainda na adolescência, até efeitos que comprometem o bem-estar da pessoa ao longo de sua vida. Além disso, tal violência pode se configurar como um elemento preditivo de futuros episódios de violência conjugal na vida adulta (CASTRO, 2009; MINAYO; ASSIS; NJAINE, 2011; MOREIRA, 2007; STREY, 2004).

A partir dos dados apresentados, consideramos de suma importância construir espaços criativos de conversa e troca entre os/as jovens sobre a violência

e suas relações afetivo-sexuais, criando instrumentos que permitam aos/às jovens reconhecer, enfrentar e opor-se às diferentes formas de violência. Os/as profissionais que trabalham com adolescentes devem ouvi-lo(a)s e as ações de saúde, educação, assistência e justiça devem implicá-lo(a)s no sentido de não serem meros reprodutores de modelos binários de gênero, mas sim participantes ativos na construção e relativização de sua sexualidade (TAQUETTE *et al.*, 2003).

Os programas de formação dos/das profissionais precisam levar em consideração as diferenças de gênero, de classe, de etnia, de pluralidade de gênero e orientação sexual. Há que se repensar a sexualidade humana de maneira mais abrangente, tendo em vista tanto as singularidades de homens, quanto as singularidade de mulheres. Os/as profissionais ainda precisam serem formados e estarem atentos para as co-ocorrências dos diversos tipos de violência, através de uma escuta profissional afetiva e comprometida.

3. O enfrentamento intersetorial da violência

A partir dessas pesquisas, constata-se diferenças significativas entre a violência nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes e a violência entre cônjuges. No caso das violências conjugais, as estatísticas comprovam que há maior incidência da violência do homem contra mulher, enquanto na adolescência a violência é cometida e sofrida por ambos os sexos. Além disso, existem particularidades nas relações dos/das jovens, pois estas são mais fluídas, menos compromissadas e há menor cobrança social para que a relação seja mantida. Não existem dependência econômica, filhos ou bens compartilhados que poderiam “justificar” a continuidade da relação diante da violência (CASTRO, 2009; MINAYO; ASSIS; NJAINE, 2011; NASCIMENTO; CORDEIRO, 2011).

A Política Nacional de Enfrentamento de Violência contra Mulher implementa ações de prevenção, atendimento e enfrentamento da violência contra a mulher, incluindo a violência conjugal (BRASIL, 2011). No entanto, se a violência nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes possui a sua própria dinâmica, especificidades e particularidades, é fundamental a formulação e implantação de políticas públicas específicas a este fenômeno.

O desafio é criar programas e políticas intersetoriais, tanto no âmbito da prevenção, da intervenção, quanto da recuperação de perpetradores e vítimas deste tipo de violência, a fim de enfrentar a violência nas relações afetivo-sexuais entre

adolescentes com efetividade e eficácia. Assim, a educação, a saúde, a assistência e a justiça devem estar implicadas no entendimento e na intervenção desse fenômeno, pois os/as jovens devem ser atendidos em sua integralidade, considerando as peculiaridades de suas condições de vida.

Entendemos a intersetorialidade como articulação no planejamento, na execução e na avaliação conjunta de programas, projetos e/ou ações (PANSINI, 2011). Portanto, a intersetorialidade é colocada como condição para a gestão eficiente deste fenômeno, já que a violência é uma demanda da saúde, mas também da vida em sociedade, envolvendo a educação, a assistência e a justiça. Nesse sentido, a violência nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes não pode ser considerada apenas como uma doença do agressor ou da vítima e centrada nos danos do corpo biológico, mas deve ser concebida como decorrente de diferentes contextos de desigualdade sociais e pensada nas diversas áreas de conhecimento, viabilizando o atendimento de forma integral e na rede intersetorial (CONTE *et al.*, 2012).

No entanto, a intersetorialidade assume um novo paradigma, contrário ao modo como a sociedade se organiza, permeada por setores e disciplinas particularizados, com espaços definidos e relações verticais e autônomas. O aparato governamental é todo fatiado por conhecimentos, por saberes, por corporações, que implementam políticas endógenas, em que cada setor se desenvolve em razão de suas demandas e de suas próprias soluções, operando a reafirmação do setor. Os/as cidadã(o)s são responsabilizados pela estrutura setorializada, circulando nos serviços à espera de uma resolutividade compensatória e não enquanto promoção de direitos. Na ausência da intersetorialidade, ou seja, de uma efetiva articulação entre políticas públicas e seus serviços, são os/as cidadã(o)s que constroem a intersetorialidade (MIOTO, SCHÜTZ, 2011).

A intersetorialidade permite o estabelecimento de espaços compartilhados de decisões entre instituições e diferentes setores do governo que atuam na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas que possam ter impacto positivo sobre a população. Permite considerar o/a cidadã(o) na sua totalidade, nas suas necessidades individuais e coletivas, demonstrando que ações resolutivas requerem parcerias. Deste modo, a intersetorialidade remete ao conceito de rede, cuja prática requer articulações, vinculações, ações complementares, relações horizontais entre parceiros e interdependência de serviços para garantir a

integralidade das ações (BRASIL, 2009).

A intersetorialidade também estimula e requer mecanismos de envolvimento da sociedade. Por isso, no enfrentamento da violência nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes é de suma importância incluir no planejamento e na execução das intervenções os/as próprio(a)s jovens. Fernanda Nascimento e Rosineide Cordeiro (2011) trazem que é fundamental saber qual compreensão que os/as jovens têm a respeito das normas estabelecidas nos relacionamentos, dos motivos das brigas e daquilo que é inaceitável em um namoro. Mesmo que os/as adolescentes tragam que a falta de respeito entre os/as parceiros culminaria para o fim do relacionamento, já que o namoro perderia o sentido de existir, os estudos apontaram para outro caminho. As ideologias sobre amor romântico e os papéis tradicionais de gênero são construções que criam situações favoráveis para o surgimento da violência e dificultam a saída do/da adolescente da relação violenta. Estes conhecimentos fornecem subsídios para entender o porquê de os/as jovens conviverem e banalizarem a violência existente em seus relacionamentos.

Amigo(a)s e familiares também são atores/atrizes fundamentais de serem incluídos no planejamento, na execução e na avaliação conjunta de programas, projetos e/ou ações, pois na pesquisa realizada em dez capitais nacionais (MINAYO, ASSIS e NJAINE, 2011), quando os/as adolescentes buscam ajuda decorrente da violência no namoro, os/as amigas apareceram em primeiro lugar (45,9%) e os familiares em segundo (24,2%). Além disso, na adolescência, as amigas e a família são centrais na transmissão de normas, valores e expectativas.

A intersetorialidade, portanto, está em intrínseca consonância com a amplitude e complexidade do fenômeno da violência nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes, já que tem como preceito a reestruturação e reunião de vários saberes e setores no sentido de um entendimento mais adequado e menos falho.

4. Considerações finais

A partir dessa discussão, queremos evidenciar a necessidade e urgência para o enfrentamento da violência nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes, com a formulação de políticas e programas intersetoriais, constituindo e formando equipes multiprofissionais e interdisciplinares. Os desafios são muitos: enfrentamento de políticas, profissões e conhecimentos/disciplinas historicamente setoriais, fragmentadas e parcializadas; enfrentamento dos modelos hegemônicos de gênero,

fortemente naturalizados no senso comum; e a inclusão de adolescentes e famílias num debate que envolve valores, intimidade e mudança de crenças. Apesar dos desafios, nossa meta é instigar a reflexão e discussão para o combate deste tipo de violência, visando ainda a democratização das relações de gênero e a prevenção da violência conjugal.

REFERÊNCIAS

ALDRIGHI, Tânia. Prevalência e cronicidade da violência física no namoro entre jovens universitários do Estado de São Paulo – Brasil. **Psicologia: Teoria e Prática**, v.6, n.1, p.105-120, 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. **O SUS de A à Z: garantindo saúde nos municípios**. 3. ed. Brasília : Ministério da Saúde. Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde, 2009.

BRASIL, Secretaria de Políticas para as Mulheres / Presidência da República.

Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Brasília : Secretaria de Políticas para as Mulheres / Presidência da República, 2011.

CASTRO, Ricardo J. de S. **Violência no namoro entre adolescentes da cidade do Recife: em busca de sentidos**, 2009. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, 2009.

CONTE, Marta; RUSCHEL, Angela E.; CORRÊA, Sandra da S.; MENGUE, Adriana M.; SILVEIRA, Marília; MINAYO, Maria Cecília de S. Rotas Críticas: desatar nós para fazer laços. **Athenea Digital**, vol.12, n.3, p.285-294, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de S.; ASSIS, Simone G. de; NJAINE, Kathie (Orgs.). **Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros**. Rio de Janeiro : Editora FIOCRUZ, 2011.

MIOTO, Regina C. T.; SCHUTZ, Fernanda. Intersetorialidade na Política Social: reflexões a partir do exercício profissional dos assistentes sociais. **Anais Diprosul**, Pelotas / RS, 2011.

MOREIRA, Mariana C. (2007). O impacto da violência doméstica na saúde reprodutiva: uma reflexão sobre a gravidez na adolescência. *In*: STREY, Marlene N.; NETO, João Alves da S. N.; Horta, Rogério L. H. (Orgs.). **Família e Gênero**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2007, p.287-301.

NASCIMENTO, Fernanda S.; CORDEIRO, Rosineide de L. M. Violência no namoro para jovens moradores de Recife. **Psicologia & Sociedade**, v.23, n.3, p.516-525, 2011.

PANSINI, Ana Lucia de L. **A intersectorialidade entre saúde e assistência social**

no município de Vitória/ES. 2011. Dissertação de Mestrado em Política Social. Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

RIETH, Flavia. Amor e sexualidade. *In*: BÉRIA, Jorge (Org.). **Ficar, transar... a sexualidade do adolescente em tempos de AIDS.** Porto Alegre : Tomo Editorial, 1998, p.15-26.

RUZANY, Maria Helena; TAQUETTE, Stella R.; OLIVEIRA, Rebecca G.; MEIRELLES, Zilah; RICARDO, Isabel. A violência nas relações afetivas dificulta a prevenção de DST/AIDS? **Jornal de Pediatria**, v.79, n.4, p.349-354, 2003.

STREY, Marlene N. Violência de gênero: uma questão complexa e interminável. *In*: STREY, Marlene N.; AZAMBUJA, Mariana P. R. de; JAEGER, Fernanda P. (Orgs.). **Violência, gênero e políticas públicas.** Porto Alegre : EDIPUCRS, 2004, p.13-43.

TAQUETTE, Stella R.; RUZANY, Maria Helena; MEIRELLES, Zilah; RICARDO, Isabel. Relacionamento violento na adolescência e risco de DST/AIDS. **Caderno Saúde Pública**, v.15, n.5, p.1437-1444, 2003.

TRAVERSO-YÉPEZ, Martha A.; PINHEIRO, Verônica de S. Adolescência, saúde e contexto social: esclarecendo práticas. **Psicologia & Sociedade**, v.14, n.2, p.133-147, 2002.